

Helvécia – Arranjos cotidianos dos homens e mulheres no convívio com a eucaliptocultura

Liliane M^a Fernandes Cordeiro Gomes¹

Resumo

Este artigo discute a questão da luta pela terra no distrito de Helvécia-BA. O enfoque dado diz respeito às relações construídas entre os habitantes desse distrito, reconhecido como remanescente de quilombo, e os representantes das empresas da monocultura de eucalipto, que ali passaram a atuar a partir de 1980, bem como os impactos resultantes dessa atividade no cotidiano daquela comunidade. Fez-se uma análise, através da realização de entrevistas, de falas e silêncios tecidos pela memória de habitantes a respeito do que significava viver naquele lugar antes da implantação da eucaliptocultura e como eles se (re)inventaram para viver com eucaliptos. Na relação dos homens e mulheres de Helvécia com a terra, outras dimensões, que não apenas a questão da propriedade associada ao modo de organização econômica, se fizeram presentes.

Palavras-chave: eucaliptocultura, cotidiano, terra.

Abstract

This article is about the question of the fight by land in the district of Helvécia- BA. The locus is concerned with relations built between the inhabitants from that district, recognized as remaining of quilombo, and the people who represent the companies of eucalyptus monoculture, that put into action there as of 1980, as well as the effects caused by the impacts of that activity in the daily of that community. It was done an analysis, through realization of interviews, talks and silence from the memory of the inhabitants about what was the meaning of living in that place before the implantation of the culture of eucalyptus and how they reinvented themselves to live with eucalyptus. In the relation between the men and women of Helvécia with the land, other dimensions were present, not only the question of ownership associated with the way of economical organization.

Keywords :eucalyptus culture, daily, land.

O objetivo deste artigo é discutir a questão da luta pela terra no distrito de Helvécia, município de Nova Viçosa-BA, após a implantação da eucaliptocultura naquele lugar. A princípio, o que chama a atenção neste distrito, não é uma singularidade, mas sim o fato do mesmo, como tantos outros na região do extremo sul baiano, ter sido, de certa forma, tomado pela plantação de eucalipto. Entretanto, uma observação mais cuidadosa nos faz ver suas idiossincrasias, e nos revela a existência de uma comunidade predominantemente afro-

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Educação – *campus* X – Teixeira de Freitas – Bahia. Mestra em História Regional e Local – Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Ciências Humanas – Programa de Pós Graduação em História Regional e Local - *campus* V – Santo Antônio de Jesus – BA.

brasileira, reconhecida desde 19 de abril de 2005² como área remanescente de quilombo, que, diante de dismantelamentos estruturais, busca se organizar a partir de ações individuais e coletivas no sentido de continuar a existir.

A partir das falas de pessoas que residem naquele distrito é possível identificar dimensões do cotidiano que revelam o significado do viver com o eucalipto em Helvécia, suas expectativas e conflitos. Essas falas também apontam os imbricamentos deste cultivo com os projetos governamentais que defendem o agronegócio em detrimento dos outros modos de viver pautados nas atividades agrícolas associadas a outras, não agrícolas, utilizadas para complementação da renda, com o intuito de manter a condição de agricultor.

A realização de entrevistas e a análise das falas e silêncios construídos possibilitaram identificar dimensões do cotidiano sócio-cultural dos homens e mulheres de Helvécia na sua relação com a terra. Ressalto que o trabalho com fontes orais ocorre a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado, sendo sempre uma relação dialógica, em que se deve predominar a delicadeza e a sensibilidade de ouvir o outro falar (THOMPSON, 1992). São, pois, as minhas escutas, e os meus olhares que aqui serão apresentados.

Conhecer um pouco do cotidiano de trabalho com a terra em Helvécia, bem como os laços de sociabilidade tecidos naquele labor foi possível graças a construções de narrativas como esta do senhor Manoel Norberto Henrique de Sena, camponês de 84 anos, que, à época da entrevista, vivia sozinho em sua pequena propriedade nas proximidades do distrito de Helvécia

[...] O filho que manobra os pais, agora na minha data quem manobrava era os pais, olha, não teve hora, na minha data não teve hora não, hora o galo batia asas... uma hora da manhã, o galo marcava hora, zero hora da noite o galo marcava, se era uma da manhã, marcava, [...] daí a pouco o galo... batia asas outra vez... aí quando o galo pegava miudar, cantava mais adiantado, mais adiantado, aí o velho ou a velha lá, - Fulana? – Senhora minha mãe? – Está na hora, heim. Aí ela pulava, pulava da tarimba, que não era cama não, hoje é caminhazinha, de esteira ou de vara, aí chegava cuidava do café, cuidava com o lanche pela manhã.³

Essa narrativa nos deixa entrever a maneira como as pessoas se organizavam, ou melhor, a partir de quais códigos se organizavam para desenvolverem suas tarefas diárias. É assim que ao falar das suas relações familiares o entrevistado acabou por nos dizer da maneira como se organizavam com o tempo, com a divisão de trabalho entre os gêneros, como eram as relações dos filhos e filhas com os pais, nos possibilitou entrar em sua casa, despertar na tarimba.

² 2.Reconhecimento através da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, portaria nº 7 de 6 de abril de 2005, publicado no *Diário Oficial da União*, de 19 de abril de 2005.

³ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Norberto Henrique de Sena em 14 out. 2007.

Ele se remete a um tempo, “na minha data não teve hora não”, em que fica implícito que o ritmo de trabalho não estava associado ao tempo do relógio, data em que se sabia em qual momento do dia se estava através da interpretação da cadência dos sons produzidos pelo galo. “Aí quando o galo pegava miudar,” era hora de levantar:

Aí os pais estava deitado, aí os pais levantava, quando chegava na hora aí vestia essa roupinha que tinha, aí saía para fora, aí quem era filho homem, para cuidar, se tem uma vaca de leite aí ia olhar, se não tem uma vaca de leite, então um cavalo magro ali amarrado chega aqui arreado com uma lona que se chama cangalha, um arreiozinho, aí as meninas soltava o cafezinho, [...] aí saía, ia lavar lavoura de mandioca, de café, [...] e ia lutar.⁴

Essa é uma rotina que está claramente associada à posse da terra e ao tempo marcado pela cultura “[...] na qual as tarefas diárias [...] parecem se desenrolar, pela lógica da necessidade, diante dos olhos do pequeno lavrador“(THOMPSON, 1998: 271). Foi com base nesta premissa que a sobrevivência do senhor Norberto e de sua família foi construída desde a primeira “batida de asas do galo” até o momento em que os diversos componentes da família começaram a manusear os apetrechos adequados ao trabalho doméstico e à luta na lavoura.

A autonomia deste trabalho na terra ocorria através do trabalho coletivo, no qual a família do senhor Norberto, como tantas outras famílias camponesas se organizavam no desempenho das mais variadas tarefas associadas à terra.(MARTINS, 1995).

Também é possível perceber que não existia uma divisão entre o espaço de trabalho e o lugar em que se vivia, estes mundos não eram apartados, a fronteira era a porta da casa “aí saía para fora” e dava-se início à rotina com a lida dos animais e da lavoura.

Naquilo que diz respeito à produção nas terras de Helvécia, a narrativa a seguir, feita pela senhora Célia M^a Silva Zacarias natural de Helvécia, ajuda a compreender um pouco mais daqueles tempos nos quais existia uma exuberância da atividade agrícola

... o que eu alembro da minha época é assim. Quando eu tomei entendimento nos meus treze, quatorze anos, a gente mexia com roça. E era muita dificuldade, que a gente plantava muito e o que a gente vivia era do plantio da roça: mandioca, amendoim, é... meus pais gostava muito de plantar assim... é uma horta, nós tirava muito, lá mermo nós colhia o que nós comia, nós tirava de lá mermo, meu pai criava porco, essas coisas, muuito dendê.⁵

A idéia deste trabalho como uma tarefa árdua, traduzia uma labuta, ao mesmo tempo em que poderia também indicar a existência de autonomia por parte dessas pessoas, pois o

⁴ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Norberto Henrique de Sena em 14 out. 2007.

⁵ Entrevista concedida à autora pela sra. Célia M^a Silva Zacarias em 15 mar. 2007.

fruto desta labuta era daqueles que trabalhavam em suas terras, o que novamente faz ver uma organização familiar alicerçada na posse da roça.

José Martins, ao apresentar suas análises sobre a idéia de autonomia dos camponeses afirma

No campo, a categoria mais importante é a das pessoas que são autônomas, que trabalham para si mesmas, não têm patrão e também não têm empregados. [...] Mas esses trabalhadores autônomos não trabalham individualizados, trabalham juntos, trabalham em família, como é normal entre os camponeses. (MARTINS, 1995: 139)

Desta maneira, aquilo que era produzido coletivamente, compunha a mesa de refeição daquela família. Cuidar das hortaliças, dos cultivos e da criação era, em última instância, garantir mesa farta.

A entrevistada também nos disse que vivia do plantio da roça na qual mexia, na qual seus pais gostavam de plantar. Acredito que este tipo de construção não diga respeito exclusivamente ao mundo do trabalho, vejo aí elementos de outras dimensões de sua vida, da vida de sua família, em que, além do labor, aparecem os laços de afeto (BRANDÃO, 1999) e respeito com aquilo que faziam.

Nestas memórias, o distrito de Helvécia aparecia de forma a constituir a idéia de um lar, “no sentido especial em que ‘lar’ representa uma lembrança e um ideal” (WILLIAMS, 1989: 377), desta maneira as relações de sociabilidade foram lembradas naquilo que ofereciam de melhor, de mais solidário, mais tranquilo e seguro.

Este tipo de percepção, por mais que estivesse repleto de saudosismo, não pode ser desqualificado como sendo algo imaginado. Afinal, o imaginário não está deslocado da realidade.

Na realidade de Helvécia, até o ano de 1966 os produtos agrícolas excedentes produzidos pelos camponeses eram escoados através da estrada de ferro Bahia e Minas (LUCCHESI, s.d.). Esta atividade comercial foi afetada em razão da desativação desta ferrovia e da posterior construção, em 1972, da BR 101. Neste contexto se deu a implantação da monocultura do eucalipto

Então foi nesse período... que o comércio ficou fraco, muito fraco, aí depois desse período que Teixeira começou a crescer com a BR 101, Posto da Mata também, então eles foram desenvolvendo e aqui foi caindo, foi caindo e ficou mesmo fracassadíssimo mesmo. Então a terra sem valor, depois que já passamos bastante, bem no fim de oitenta a principio de noventa começou a falar em, não sei se foi a Aracruz, acho que foi a Aracruz primeiro, essas empresas aí. A Bahia Sul que hoje é Suzano, Suzano e Aracruz. Começaram a ter notícia que eles iam investir aqui na região. Então alguns fazendeiros de lá da região de Aracruz, lá do Espírito Santo, que já havia lá (o agronegócio do eucalipto) já estava implantado lá, começaram a vir para cá, começaram vir e comprar terra e aí comprava terra baratíssimo, né? ⁶

⁶ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Peixoto em 14 ago. 2007.

Este relato diz da existência de uma situação que pode ser apresentada em diferentes momentos. Em primeiro lugar, os moradores de Helvécia que labutavam com a terra, tinham experienciado perdas significativas no que diz respeito ao seu *modus vivendi*. Por seu turno, fazendeiros da região de Aracruz (ES), informados da necessidade de amplas glebas para a implantação da eucaliptocultura, passaram a comprar terras em Helvécia objetivando promover a especulação.

Também representantes diretos das empresas responsáveis pelo agronegócio do eucalipto compraram terras em Helvécia. Isto ocorreu em um tempo em que seus moradores sabiam, porque experimentavam uma depressão econômica, que suas terras estavam desvalorizadas no mercado.

O êxito das empresas representantes da eucaliptocultura estava intrinsecamente relacionado à necessidade de terras para o plantio. A este respeito, o governo, desde os primórdios da eucaliptocultura no Brasil, já havia sinalizado sua postura no intuito de garantir “grandes áreas de terras contínuas que pudessem ser adquiridas para a implantação de distritos florestais” (ANDRADE, 2000: 92-93). No I Plano Nacional de Papel e Celulose esta questão foi abordada da seguinte maneira “... a etapa de obtenção de terras é tão essencial ao êxito do projeto que o Governo deverá concentrar nela todos os esforços, utilizando meios objetivos e realistas, inclusive desapropriação...” (MENDONÇA JORGE apud ANDRADE, 2000: 93).

Ao que parece, este não foi o caso em Helvécia. Entretanto, outros mecanismos foram utilizados para aligeirar o processo de venda das glebas de maneira a garantir às empresas grandes áreas de terras contínuas.

Ora, se levarmos em consideração que muitos dos homens e mulheres de Helvécia tinham sobre o seu domínio pequenas e médias áreas, isso significa dizer que, para que se desse, por parte das empresas de eucalipto, a obtenção de terras contínuas, foi necessário que o processo de venda fosse realizado não por um, ou outro camponês, mas sim pela sua coletividade. Assim, os mecanismos utilizados para convencer diferentes indivíduos constituíam um repertório variado, que oscilava desde propostas aparentemente generosas, para aqueles poucos camponeses que possuíam as escrituras das terras, até a divulgação incisiva dos códigos legais do Brasil que associam a garantia da propriedade das terras à aquisição de titulação.

A este respeito, o senhor Manoel Peixoto, comerciante e proprietário de terra em Helvécia, apresentou o seguinte relato:

Comprava terra quase dado, trocava terra por mercadoria, por qualquer tipo de mercadoria, [...] Então, é como eu falei, aí eles compraram terra barato, chegava em pessoas aí, que as terras aqui eram apenas terras de herdeiros, tudo mais, então naquele tempo dificilmente uma terra aqui tinha escrituras, essas coisas...⁷

Há nesta narrativa uma clara associação entre a esporádica existência do porte de escrituras das terras, pelos camponeses de Helvécia, e o fato delas terem sido vendidas por preços baixos ou mesmo terem sido trocadas “por qualquer tipo de mercadoria”. Como afirmou o senhor Manoel Peixoto, muitas delas eram “fruto de heranças”. Regulamentar tais posses implicava gastos. Ora, muitos desses posseiros se viram em uma situação na qual, não tendo dinheiro para regulamentar suas posses, se sentiam ameaçados de perderem as terras.

A partir das falas dos moradores de Helvécia, no período em questão, percebe-se que, ali estava se constituindo uma situação na qual “O medo de ficar sem as terras fez com que os camponeses as” vendessem”, a qualquer preço [...]“ (SILVA, 1999: 46), na verdade, “baratíssimo”, como disse o senhor Peixoto.

Naquilo que diz respeito à configuração legal, este processo ocorreu de forma a não deixar ver sua parcialidade. O fato do custo com a regulamentação da propriedade ser viável apenas para as empresas e fazendeiros não foi levado em consideração pela legislação. Afinal, as leis davam a entender que eram imparciais e, por isso mesmo, dignas de serem proclamadas legítimas (THOMPSON, 1987).

Dentro desta lógica da legitimidade, os defensores da eucaliptocultura afirmaram que o processo de aquisição das terras no distrito de Helvécia pelas empresas de eucalipto, se deu dentro das normas do mercado capitalista, expressas nas leis de apropriação de terras no Brasil, na qual os interessados na compra das pequenas propriedades fizeram ofertas e os donos das mesmas aceitaram vendê-las.

Mesmo que não tenha havido em Helvécia, como foi dito anteriormente, desapropriação de terras por parte do governo federal, o conhecimento da existência desta possibilidade, muito provavelmente foi insinuado por aqueles que queriam comprar terras. Somava-se, a esta ameaça velada, o fato de muitos dos pequenos posseiros se sentirem sem condições de agir em conformidade com o aparato legal, que dizia respeito à comprovação, por meio de escrituras, da propriedade de suas terras. Desta maneira, o direito formal, positivo, ao transformar a terra em mercadoria, agia no intuito de mascarar o fato de que os posseiros operavam em uma relação com a terra pautada pelo valor de uso.

⁷ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Peixoto em 14 ago. 2007.

Nas entrevistas realizadas foi possível identificar também o uso de um outro tipo de estratégia no processo da compra das terras. Neste sentido gostaria de analisar uma narrativa, composta pelo camponês Sérvulo Constantino Filho, na qual o mesmo explica como muitas pessoas venderam suas terras por que foram “levadas no papo”

Levar no papo é... Que as pessoas tinha a terra, chegava lá fazendo conversa bonita, [...] que vinham comprar as terras, mas não ia tirar eles da terra, que eles iam ficar na mesma terra onde estava, entendeu?⁸

Diante da ameaça de perder as terras, visto que muitas não eram tituladas, a possibilidade de vendê-las, acreditando nas promessas das empresas de que poderiam permanecer nas mesmas, pareceu uma boa alternativa.

Tais propostas, segundo o entrevistado, foram feitas a partir de códigos comuns aos negócios realizados pelos camponeses de Helvécia. Esta combinação não constava em documento escrito, tendo sido empenhada a partir da palavra dos contratantes. O senhor Sérvulo, assim nos contou o desenrolar desta história

Aí que aconteceu. Depois que as empresas passaram a mão nas terras todas, aí foi empurrando, cada um saindo fora. “Agora vocês vão desocupar porque de hoje em diante a terra é minha e tal”. Aí mudou de idéia, né? É a mesma coisa, tem horas que eu vejo uma proposta comigo já de alguma coisa e nós leva na confiança, sem fazer nada, nenhum documento, né? Quando chega depois, fala: “Ah, não! Não falei nada não, nunca nós foi combinado assim”. Já passou isso para mim também, **então é isso que a gente tem experiência, que hoje se você não fizer as coisas tudo no papel, lá no cartório, não adianta fazer nada de boca que hoje ninguém cumpre, mas antigamente...** Eu mesmo, com algum colega, nós fazia coisa assim conversando, e era negócio, estava registrado mesmo, não tinha esse negócio de voltar para trás.⁹

Foi a partir das experiências que aquelas pessoas tinham nos seus acordos e negócios cotidianos que elas se relacionaram com os estranhos recém chegados. Estes traziam consigo novos códigos, novas regras de conduta social (MARTINS, 1991), em que valia o que estava escrito e registrado em cartório.

Essa composição, venda de terras e permanência dos antigos posseiros nas mesmas, era algo impossível de atender a uma das necessidades prementes ao desenvolvimento do agronegócio no extremo sul da Bahia. Refiro-me a necessidade da separação entre o trabalhador e os meios de produção (MARTINS, 1995: 158), condição para a relação capitalista se constituir plenamente.

⁸ Entrevista concedida à autora pelo sr. Sérvulo Constantino Filho em 15 ago. 2007.

⁹ Entrevista concedida à autora pelo sr. Sérvulo Constantino Filho em 15 ago. 2007. (grifo da autora).

Essa transformação espacial contribuiu para que ocorresse a criação de novas necessidades para aquela comunidade, estabelecendo-se inclusive uma dependência entre antigos camponeses e os representantes do capital, em que não tendo mais a propriedade da terra e dos instrumentos para realizar seu labor, restava aos camponeses negociar seu trabalho como possibilidade de troca por salário (MARTINS, 1995).

Como esta situação foi sentida pelas pessoas daquela comunidade?

Não era nada disso que a gente pensava, tipo que agente foi assim, comprado, hoje eu me sinto, se eu tivesse com a minha terra hoje, eu não venderia e nem deixava o meu irmão ao lado vender também, **porque eu me senti comprada, não a terra, nós todos...**¹⁰

A liberdade de ser dessa narradora estava intrinsecamente relacionada ao fato dela ter o domínio sobre uma gleba, o que na prática significava que a mesma era capaz de, fazendo uso de sua força de trabalho, gerar os produtos necessários à sua sobrevivência, à sua vida. Ao passar à condição de não mais possuir terras, mesmo que isto tenha ocorrido a partir de transações comerciais de compra e venda legitimadas pelo campo jurídico, Faustina expõe a dor da perda que não se restringe ao bem material, mas sim a todo um conjunto de práticas associadas à lida com o campo, a narradora, por fim, reforça sua indignação atribuindo a toda uma coletividade o seu sentimento, uma vez que agora não lhes resta muitas opções, a não ser vender-se enquanto mão-de-obra, talvez por isso a enfática afirmação **“eu me senti comprada, não a terra, nós todos”**.

Nem todos os camponeses agiram segundo o *script* das empresas. Por exemplo, o Sr. Manoel Norberto Henrique de Sena, agiu de forma individual e se recusou a vender sua pequena gleba “Minha mãe eu não vendo, quando ela não dá uma coisa, ela dá outra. Vocês gostam de dinheiro, eu gosto da minha mãe. Ela não acaba. Todo o tempo ela é a mesma¹¹”. Tal resistência miúda (SCOTT, 1982) ao que parece não foi capaz de minimamente abalar o projeto da eucaliptocultura, posto que a referida gleba estivesse encravada num “mar de eucaliptos”, entretanto é bom lembrar que “Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (SCOTT, 1982: 11), mesmo que estas não sejam lidas por representantes do Estado e pelas classes dominantes, como significativas.

¹⁰ Entrevista concedida à autora pela sra. Faustina Carvalho em 14 ago. 2007. (grifo da autora).

¹¹ Entrevista concedida à autora pelo sr. Manoel Norberto Henrique de Sena em 14 out. 2007.

Outros integrantes da comunidade se organizaram coletivamente, e, independente de terem ou não vendido suas terras passaram a lutar pelo reconhecimento do distrito como área remanescente de quilombo. O fato de constar, no pedido de reconhecimento enviado à Fundação Cultural Palmares, por membros da comunidade de Helvécia, um parágrafo, no qual os signatários denunciam mazelas associadas ao plantio do eucalipto nas terras de sua comunidade, é um indicativo de que o processo de reconhecimento de Helvécia como área remanescente de quilombo estava inserido nas estratégias de grupos organizados daquela comunidade, de resistência e negociação nas relações com “as firmas¹²”.

Este reconhecimento, além de implicar a assunção de Helvécia a ocupação de um novo lugar (ARRUTI, 2006) tornou ainda mais complexo a composição de poder e luta pela terra no distrito, que passou a contar com a possibilidade da chancela de dispositivos legais reconhecidos pelo estado brasileiro, expressos no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2002: 159), no sentido de proteger e garantir o uso coletivo das terras de herdeiros. Ao mesmo tempo, conforme relatado por Roseli Constantino, dúvidas e incertezas foram sendo disseminadas entre integrantes da comunidade “ser quilombola não era uma coisa boa, [...] Iria perder sua casa, você não iria ser dono de mais nada”¹³. Há indícios que associam essas idéias a pessoas ligadas aos representantes do agronegócio do eucalipto, sabedoras das implicações legais da certificação do reconhecimento e do processo de reterritorialização que a mesma poderia trazer em seu bojo.

Ao conseguir o reconhecimento do distrito como área remanescente de quilombo, aquela comunidade agiu, não sem confrontos e fissuras, de maneira a contribuir na composição de um novo cenário, de novos arranjos no jogo de forças entre os atores que atuam naquele lugar em defesa de diferentes projetos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Célio Silveira. *Conflito, cooperação e convenções: a dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S. A. (1990-1999)*. Tese de doutorado em administração, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo – Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

¹² Os entrevistados se referem à Aracruz Celulose e a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose como sendo “as firmas”.

¹³ Entrevista concedida à autora pela sra. Roseli Constantino Ricardo em 14 ago. 2007

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia*, Disponível em <http://www.vertentes.ufba.br/helvecia.htm>

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. *A chegada do estranho*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

SCOTT, James C. *Formas cotidianas da resistência camponesa*. – Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-graduação em Sociologia – Vol. 01, nº 1 (jul. – dez., 1982).

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Senhores & Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade – na história e na literatura*. Tradução: Paulo Henriques Britto. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.